

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

Questão 1

Considerando o entendimento do STF a respeito da apreciação de contas do chefe do Poder Executivo pelos tribunais de contas, julgue os itens a seguir.

- I O parecer prévio do tribunal de contas constitui condição indispensável para que o Poder Legislativo possa exercer sua competência constitucional de julgar as contas do chefe do Poder Executivo.
- II O descumprimento deliberado e desproporcional do prazo constitucional pelo tribunal de contas para emissão de parecer prévio representa violação ao princípio da separação dos Poderes.
- III A função do tribunal de contas no julgamento das contas do chefe do Poder Executivo é meramente auxiliadora, não podendo sua inércia paralisar a competência do Poder Legislativo.
- IV O prazo constitucional para elaboração do parecer prévio pelo tribunal de contas é de natureza imprópria, permitindo-se sua prorrogação indefinida quando necessária para análise técnica aprofundada.
- V A aprovação de contas do chefe do Poder Executivo pelo Poder Legislativo sem o respectivo parecer prévio do tribunal de contas configura inconstitucionalidade por vício de competência.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens II e III estão certos.
- B Apenas os itens III e V estão certos.
- C Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- D Apenas os itens I, IV e V estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 2

Assinale a opção correta acerca do mandado de segurança.

- A Concedida a segurança, o impetrante só poderá desistir da ação de mandado de segurança com a aquiescência de todos os litisconsortes passivos necessários.
- B É desnecessária a relação nominal dos associados para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil.
- C Embora não possam integrar o polo passivo como impetrantes do mandado de segurança coletivo, os substituídos que já figuravam como impetrantes de mandados de segurança individuais podem ser admitidos como terceiros interessados.
- D No caso de decisão judicial transitada em julgado, só será cabível a impetração de mandado de segurança se houver demonstração cabal de manifesta ilegalidade.
- E Tanto a pessoa jurídica de direito público quanto a própria autoridade coatora possuem capacidade postulatória para a interposição de apelação contra a sentença concessiva proferida em mandado de segurança.

Questão 3

Assinale a opção correta em relação ao estado de sítio.

- A O estado de sítio consiste em regime jurídico informado pela excepcionalidade, taxatividade, transitoriedade, publicidade e proporcionalidade.
- B Durante o estado de sítio, a detenção de pessoas só poderá ocorrer em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.
- C A inviolabilidade domiciliar permanece como direito absoluto mesmo em regimes excepcionais como o estado de sítio, por isso é necessária autorização judicial específica para busca e apreensão em domicílio.
- D Não se admite a decretação simultânea de estado de defesa e de sítio em razão da relação de subsidiariedade entre essas medidas.
- E Embora a referida medida imponha restrições severas a diversos direitos fundamentais, não se admite, em sua vigência, restrição total a nenhum deles.

Questão 4

No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A A competência do tribunal do júri para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida constitui garantia fundamental expressamente prevista na Constituição Federal de 1988, razão por que será afastada no caso de foro por prerrogativa de função previsto exclusivamente em constituição estadual, desde que comprovadamente mais benéfica para o réu.
- B A justiça social constitui objetivo fundamental da República e valor norteador dos direitos fundamentais coletivos, ainda que constitua elemento incompatível com a livre iniciativa.
- C Os direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, embora tenham relevância jurídica e social inquestionável, não integram o catálogo dos direitos e garantias fundamentais em razão de sua natureza meramente programática e da ausência de aplicabilidade direta.
- D A proteção do trabalhador em face da automação é direito fundamental, cuja aplicabilidade é imediata, e constitui exemplo de norma constitucional de eficácia plena.
- E Os direitos individuais, caracterizados como direitos de liberdade, e os direitos sociais, caracterizados como direitos de igualdade, estabelecem entre si uma relação de recíproca complementaridade, uma vez que ambos concretizam aspectos do princípio da dignidade humana, sem que essa função esgote completamente o conteúdo desses direitos.

Questão 5

Assinale a opção correta no que diz respeito ao poder constituinte originário.

- A A determinação do titular do poder constituinte originário não é estanque no tempo e depende das circunstâncias históricas, sendo por elas condicionada.
- B Esse poder não se exaure com a promulgação da Constituição.
- C O mencionado poder encontra limites nos valores que instruem a sociedade, razão por que são eles, e não as normas procedimentais da Constituição anterior, o parâmetro utilizado pelo STF para o controle da constitucionalidade das normas constitucionais originárias.
- D O referido poder deve preservar o núcleo essencial dos direitos fundamentais consolidados sob a vigência do ordenamento jurídico anterior.
- E Apesar de ser autônomo quanto ao conteúdo, o poder constituinte originário permanece condicionado aos procedimentos e formalidades estabelecidos na Constituição anterior para sua própria manifestação, devendo-se observar os quóruns e ritos previamente definidos pelo ordenamento que pretende substituir.

Questão 6

Assinale a opção correta no que concerne ao controle de constitucionalidade das leis e atos normativos.

- A Em relação à lei estadual, é constitucional a suspensão dos seus efeitos financeiros mediante decreto do governador que a considere claramente inconstitucional.
- B É constitucional lei municipal que proíbe o uso de linguagem neutra nas escolas.
- C É inconstitucional a instituição de subtetos remuneratórios com previsão de limites distintos para as entidades políticas, bem como para os Poderes da República, no âmbito dos estados e do Distrito Federal.
- D Em relação aos projetos de lei federal, a introdução, pela casa revisora, de emenda que implique alteração, supressão ou complementação de conteúdo obriga o retorno da proposição à casa iniciadora, para análise e deliberação, configurando-se inconstitucionalidade incontornável seu eventual encaminhamento direto à sanção presidencial.
- E É constitucional lei estadual que impõe aos estabelecimentos comerciais a obrigação de fornecer gratuitamente sacolas ou embalagens para acondicionamento de produtos adquiridos pelos consumidores.

Questão 7

Assinale a opção correta em relação aos consórcios públicos.

- A Por vedação expressa, não se aplicam aos convênios de cooperação as disposições legais dos consórcios públicos.
- B O protocolo de intenções será nulo se inexistir a previsão de que a assembleia geral é a instância máxima do consórcio público, devendo ser unânimes os votos para sua deliberação.
- C Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira serão retrovertidos ou indenizados, no prazo de até 3 anos, pelos demais entes.
- D As alterações contratuais do consórcio público dependem de ratificação posterior pela assembleia geral, com a aprovação de todos os entes consorciados.
- E A extinção de contrato de consórcio público depende de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

Questão 8

Julgue os seguintes itens, com fundamento na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

- I O leilão poder ser conduzido tanto por um leiloeiro oficial quanto por um agente público indicado pela autoridade competente da administração pública.
- II No leilão, não há fase de habilitação, mas há exigência de registro prévio.
- III Excepcionalmente, a administração pública poderá adquirir, desde que de forma justificada, artigos de luxo ou de qualidade superior às finalidades a que se destinam.
- IV É permitida a participação de cooperativas em processo licitatório, desde que a atuação seja em regime de cooperação, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e IV estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 9

Com base na jurisprudência do STJ acerca de disposições da Lei federal n.º 8.429/1992, assinale a opção correta.

- A É vedado o prosseguimento da ação de improbidade administrativa se as sanções estiverem prescritas, já que a prescrição afeta o próprio direito de ressarcimento do dano ao erário.
- B A contratação de servidores públicos temporários sem concurso público baseada em legislação local configura ato de improbidade administrativa.
- C Há legitimidade da Defensoria Pública para propositura de ação de improbidade administrativa, entretanto tal legitimidade se limita aos casos em que o órgão atue como curador de ausentes.
- D Na aplicação da multa civil prevista na referida lei, a correção monetária e os juros de mora incidem a partir da data do ato ímprobo.
- E Aplica-se o juízo de delibação para recebimento da petição inicial nas ações de improbidade típicas e atípicas.

Questão 10

Considerando o disposto na Lei federal n.º 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, assinale a opção correta.

- A A celebração de acordo de leniência e a efetiva colaboração com as investigações eximem a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado ao erário.
- B A apuração da responsabilidade de pessoa jurídica deve ser realizada por comissão constituída pela autoridade instauradora, com, pelo menos, 3 servidores estáveis ou não, e concluída no prazo máximo de 180 dias.
- C Essa lei é inaplicável aos atos lesivos praticados contra o patrimônio público estrangeiro.
- D As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou as consorciadas respondem subsidiariamente pela prática dos atos lesivos contra o patrimônio público nacional.
- E Na esfera cível e administrativa, a pessoa jurídica responde de forma objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

Questão 11

Com base nas disposições da Lei federal n.º 13.460/2017, assinale a opção correta no que se refere à carta de serviços ao usuário.

- Ⓐ Essa lei é aplicada de forma subsidiária aos serviços públicos prestados por particular.
- Ⓑ É dever das corregedorias dos órgãos ou entidades públicas receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações dos usuários e acompanhar a prestação dos serviços.
- Ⓒ É atribuição do conselho de usuários escolher o ouvidor e definir as diretrizes para o adequado atendimento ao usuário.
- Ⓓ Para ter acesso a informações e serviços, o usuário deve apresentar documento com foto, sendo dispensada a apresentação do número de sua inscrição no CPF.
- Ⓔ A mencionada lei estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, o que afasta a necessidade de cumprimento do Código de Defesa do Consumidor.

Questão 12

Julgue os itens a seguir, referentes à organização administrativa.

- I A administração pública no sentido orgânico é a própria função ou atividade administrativa.
- II A descentralização pode ser realizada de forma territorial ou geográfica e por serviços, funcional ou técnica, entre outras.
- III Para a criação de empresas subsidiárias, é dispensável a autorização legislativa, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a entidade administrativa.
- IV Recurso hierárquico próprio é medida de tutela e necessariamente depende de previsão legal.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 13

Assinale a opção correta com base no entendimento do STJ sobre a intervenção do Estado na propriedade.

- Ⓐ A indenização pela limitação administrativa ao direito de edificar advinda da criação de área *non aedificandi* é sempre devida quando imposta sobre imóvel urbano, pois o prejuízo causado ao proprietário da área é presumido.
- Ⓑ São vedadas construções na faixa de servidão, ainda que não afetem a prestação do serviço público.
- Ⓒ No ato de tombamento geral, é desnecessário individualizar os bens abarcados pelo tombo, pois as restrições impostas pelo instituto estendem-se à totalidade dos imóveis pertencentes à área tombada.
- Ⓓ É devida indenização se o imóvel expropriado for adquirido após a imposição de limitação administrativa.
- Ⓔ Incide imposto de renda sobre os valores indenizatórios recebidos pelo particular em razão de servidão administrativa instituída pelo poder público.

Questão 14

No que concerne aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A motivação é a situação de fato ou de direito que justifica a edição do ato administrativo.
- Ⓑ De acordo com a teoria dos princípios jurídicos, a validade do ato administrativo está submetida à correspondência entre os motivos nele expostos e à existência concreta dos fatos que ensejaram a sua edição.
- Ⓒ O silêncio da administração é um fato administrativo, salvo quando representa manifestação de vontade, por expressa disposição legal.
- Ⓓ Os atos negociais e enunciativos são dotados de imperatividade.
- Ⓔ Efeitos prodômicos são os produzidos em relação a terceiros estranhos à relação jurídica formalizada entre a administração pública e o destinatário principal do ato.

Questão 15

Assinale a opção em que são corretamente citadas sanções expressamente previstas na Lei n.º 8.429/1992.

- Ⓐ ressarcimento do dano ao erário e repreensão
- Ⓑ perda da função pública e aposentadoria compulsória
- Ⓒ proibição de contratar com o poder público e aposentadoria compulsória
- Ⓓ advertência e repreensão
- Ⓔ suspensão de direitos políticos e pagamento de multa civil

Questão 16

Assinale a opção correta em relação às características primordiais dos tribunais de contas.

- Ⓐ As decisões exaradas pelas cortes de contas geram a denominada coisa julgada administrativa, insuscetível ao exame de legalidade pelo Poder Judiciário.
- Ⓑ Embora auxiliem o Poder Legislativo na fiscalização, os tribunais de contas possuem autonomia administrativa, financeira e funcional, dispondo de relação hierárquica com os poderes instituídos.
- Ⓒ Em sua função consultiva, as cortes de contas estaduais emitem pareceres técnicos prévios e respondem a consultas de autoridades legitimadas a orientar a aplicação de leis, funcionando como mecanismo de controle preventivo.
- Ⓓ As decisões proferidas pelos tribunais de contas possuem força de título executivo judicial, o que aumenta a efetividade da corte na cobrança dos débitos e multas impostos.
- Ⓔ Um quinto das vagas de conselheiros dos tribunais de contas estaduais deve ser preenchido por indicação do governador do estado.

Questão 17

Assinale a opção correta a respeito das competências do TCE/MS.

- Ⓐ Compete ao TCE/MS encaminhar ao Poder Executivo os projetos de lei de seu legítimo interesse, especialmente os relativos à fixação de vencimentos e à proposta orçamentária.
- Ⓑ A edição, pelo próprio TCE/MS, de resolução específica para instituir, normatizar e estabelecer procedimentos ao uso de sistema de fiscalização integrada de gestão constitui exemplo de competência judicante.
- Ⓒ Compete ao TCE/MS julgar as contas das pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à sua jurisdição e prover os cargos integrantes de sua estrutura funcional.
- Ⓓ O TCE/MS, no exercício de suas atribuições, pode declarar a inconstitucionalidade das leis e dos atos do poder público estadual.
- Ⓔ Se for descoberto vício grave na formalização de ato de admissão de pessoal registrado pelo TCE/MS, o tribunal poderá anular o registro, mas não sustar os seus efeitos.

Questão 18

Julgue os itens seguintes, com base no disposto na Lei Orgânica do TCE/MS.

- I A Assembleia Legislativa estadual detém competência privativa para deliberar sobre afastamentos de conselheiros e auditores do TCE/MS.
- II As partes legítimas para denunciar ao TCE/MS a ocorrência de irregularidades ou ilegalidades resumem-se a associações, cidadãos e partidos políticos.
- III Tanto a representação quanto o pedido de informação são procedimentos ordinários no TCE/MS.
- IV As tomadas de contas devem ser por término de gestão, quando esta não coincidir com o exercício financeiro.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas o item III está certo.
- Ⓔ Apenas o item IV está certo.

Questão 19

Assinale a opção em que é corretamente citado o instrumento de fiscalização utilizado pelas cortes de contas, com o intuito de suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias ou representações, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade dos atos praticados pelos sujeitos ao seu controle.

- Ⓐ monitoramento
- Ⓑ levantamento
- Ⓒ auditoria
- Ⓓ inspeção
- Ⓔ acompanhamento

Questão 20

Assinale a opção correta com base nas disposições da Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul.

- Ⓐ O orçamento do TCE/MS, cujo montante é fixado na lei de diretrizes orçamentárias, é apartado, não integrando o do Poder Legislativo.
- Ⓑ Anualmente, as contas dos municípios devem ficar, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte para exame, podendo sua legitimidade ser questionada nos termos da lei.
- Ⓒ O Ministério Público Especial junto ao TCE/MS é composto de cinco membros, sendo um procurador-chefe, dois subprocuradores e dois procuradores.
- Ⓓ A intervenção no município ocorre por decreto do governador, mediante representação do TCE/MS, exclusivamente se não forem prestadas contas nos termos da lei.
- Ⓔ O controle externo das câmaras municipais deve ser exercido com o auxílio do TCE/MS, que emitirá parecer prévio sobre todas as contas prestadas pelos prefeitos, dentro dos cento e vinte dias seguintes ao encerramento do exercício financeiro.

Questão 21

À luz da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 e de suas alterações, assinale a opção correta no que se refere ao pedido de reapreciação contra parecer prévio emitido sobre as contas do governador.

- Ⓐ O pedido de reapreciação constitui a última e definitiva manifestação do TCE/MS sobre a matéria, cabendo, após o seu exame, a remessa à Assembleia Legislativa.
- Ⓑ Se tempestivo, o pedido de reapreciação deve ser recebido pelo TCE/MS sem efeito suspensivo.
- Ⓒ O pedido de reapreciação deve ser processado em auto apartado do originário, e, uma vez admitido pelo presidente, redistribuído ao novo relator da comissão especial designada.
- Ⓓ O governador cujas contas sejam objeto do referido pedido deverá sempre ser julgado por comissão especial designada para tanto.
- Ⓔ O pedido de reapreciação pode ser apresentado por escrito, tantas vezes quantas necessárias, no prazo de trinta dias, e instruído com documentos comprobatórios das alegações.

Questão 22

Assinale a opção correta no que diz respeito ao disposto na Resolução TCE/MS n.º 98/2018 e em suas alterações.

- Ⓐ A câmara somente pode apreciar, julgar ou deliberar sobre matéria com a presença de três participantes aptos a votar, sendo pelo menos um deles conselheiro titular.
- Ⓑ Compete às câmaras julgar as contas anuais de gestão dos consórcios públicos.
- Ⓒ A convocação e a designação de conselheiro substituto em sessão de câmara deve obedecer à ordem crescente de antiguidade no cargo.
- Ⓓ O conselheiro substituto pode ser convocado, por período expresso em dias, sendo-lhe permitido, durante esse período, o acúmulo do exercício de funções típicas do seu cargo.
- Ⓔ São dois os elementos que compõem o corpo diretivo do TCE/MS: os conselheiros por meio da presidência e a vice-presidência.

Questão 23

Assinale a opção correta de acordo com o disposto na Resolução do TCE/MS n.º 70/2018 e em suas alterações.

- Ⓐ Os servidores devem manter atitude de parceria em relação ao fiscalizado, evitando postura de superioridade, inferioridade ou preconceito relativo a indivíduos, órgãos e entidades, projetos ou programas.
- Ⓑ A conduta dos agentes públicos deve ser guiada pelo sigilo profissional e imparcialidade e pelo livre pensar político-partidário, religioso e ideológico.
- Ⓒ O exercício do cargo ou da função pública deve ser profissional e, portanto, integra-se à vida particular de cada agente público.
- Ⓓ No relacionamento com autoridades públicas, os agentes públicos devem atuar, precipuamente, com pessoalidade e atenção aos aspectos legais e contratuais envolvidos, resguardando-se de eventuais práticas ilegais de terceiros.
- Ⓔ É direito do agente público estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões, ressalvadas as discussões de aspecto controverso em instrução processual.

Questão 24

De acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ, o pagamento feito ao credor putativo será considerado

- Ⓐ nulo quando houver elemento de aparência que justifique o equívoco do devedor, caracterizando vício sanável e ausência de boa-fé objetiva, hipótese em que o pagamento não produz efeito jurídico perante o verdadeiro credor.
- Ⓑ anulável, pois não houve adimplemento da obrigação perante o verdadeiro credor, podendo o ato ser posteriormente desconstituído por meio de ação própria proposta pelo titular legítimo do crédito, em razão do vício no pagamento.
- Ⓒ ineficaz, porque não produziria efeitos em relação ao credor verdadeiro, permanecendo íntegra a obrigação, de modo que o devedor continuaria responsável pelo pagamento até adimplir perante o real titular do crédito.
- Ⓓ eficaz desde que, além da aparência, esteja presente a boa-fé objetiva do devedor, sendo escusável o erro no pagamento se o devedor agir com diligência, com base em elementos suficientes que legitimamente o induzam a acreditar que o recebedor aparente é o verdadeiro credor, e o pagamento será válido ainda que depois se prove não ser ele o titular do crédito.
- Ⓔ nulo, pois não houve o adimplemento da obrigação ao credor verdadeiro, sendo o pagamento juridicamente inexistente em relação ao titular do crédito.

Questão 25

Segundo o Código Civil e a jurisprudência do STJ, o prazo prescricional de três anos para a pretensão de reparação civil aplica-se

- Ⓐ ao abuso de direito e à responsabilidade extracontratual, apenas.
- Ⓑ à responsabilidade contratual, apenas.
- Ⓒ à responsabilidade contratual e à responsabilidade extracontratual, ainda que decorrente de dano exclusivamente moral, bem como ao abuso de direito.
- Ⓓ ao abuso de direito, apenas.
- Ⓔ à responsabilidade extracontratual, apenas.

Questão 26

De acordo com o disposto no Código Civil e o entendimento do STJ sobre a cláusula penal, no caso de cumprimento parcial da obrigação, compete ao juiz

- Ⓐ determinar a redução proporcional da cláusula penal, com base em critérios como a extensão do inadimplemento, o grau de culpa do devedor, sua condição financeira, o montante adimplido e a utilidade do adimplemento parcial para o credor, devendo a redução ser fixada em 1/3 ou 2/3, conforme as circunstâncias do caso concreto.
- Ⓑ determinar a redução da cláusula penal em 50%, independentemente das circunstâncias do inadimplemento.
- Ⓒ determinar a redução equitativa da cláusula penal, considerando critérios como a extensão do inadimplemento, o grau de culpa do devedor, sua condição financeira, o montante adimplido e a utilidade do adimplemento parcial para o credor, entre outros requisitos concretamente examinados.
- Ⓓ indeferir o pedido de redução da cláusula penal, por ausência de previsão legal que a autorize.
- Ⓔ indeferir o pedido de redução da cláusula penal, em razão de expressa vedação legal.

Questão 27

Segundo o entendimento do STJ, a absolvição criminal fundada na ausência de dolo específico na conduta do agente

- Ⓐ vincula o juízo cível em qualquer caso de absolvição penal, inclusive quando baseada na ausência de dolo ou culpa.
- Ⓑ não vincula o juízo cível em nenhuma hipótese, o que permite a responsabilização civil, mesmo após a absolvição penal.
- Ⓒ vincula o juízo cível somente quando se reconhece na absolvição penal a inexistência do fato ou a inexistência de autoria pelo agente.
- Ⓓ vincula automaticamente o juízo cível, impedindo a responsabilização civil, independentemente do fundamento da absolvição penal.
- Ⓔ não vincula o juízo cível apenas quando o Ministério Público tiver se manifestado pela absolvição na ação penal.

Questão 28

De acordo com o Código Civil e a jurisprudência do STJ, em se tratando de pretensão indenizatória fundada em responsabilidade civil por fato cuja apuração dependa do juízo criminal, e estando em trâmite inquérito policial, o prazo de prescrição da ação civil começa a correr após

- Ⓐ o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, ainda que a ação penal não tenha sido julgada.
- Ⓑ a conclusão do inquérito policial.
- Ⓒ o trânsito em julgado da sentença penal.
- Ⓓ a sentença penal absolutória, ainda que recorrível.
- Ⓔ a prolação da sentença penal condenatória, ainda que pendente de recurso.

Questão 29

João ajuizou demanda em nome próprio, tendo pleiteado um direito que, em decorrência dos fatos por ele narrados, pertence a seu irmão, Paulo. Em razão disso, o juiz indeferiu a inicial.

Nessa situação hipotética, a decisão do magistrado encontra respaldo na

- Ⓐ teoria da asserção, pela qual se verifica a legitimidade a partir das alegações do autor na petição inicial.
- Ⓑ ausência de capacidade postulatória.
- Ⓒ ausência de interesse de agir.
- Ⓓ ausência de pressuposto processual negativo.
- Ⓔ teoria eclética, segundo a qual a legitimidade é questão de mérito.

Questão 30

Em ação indenizatória ajuizada por um grupo de cinquenta pessoas contra determinada pessoa jurídica, o juiz, tendo constatado que o excesso de autores poderia prejudicar a defesa da ré e a celeridade da solução do processo, decidiu limitar o número de litigantes.

A partir desse caso hipotético, assinale a opção correta.

- Ⓐ O juiz não pode limitar de ofício o número de litigantes, que é interesse exclusivo das partes.
- Ⓑ É permitido ao juiz limitar o litisconsórcio multitudinário quando constatado comprometimento da rápida solução do litígio ou prejuízo à defesa.
- Ⓒ Independentemente de motivação, é facultado ao juiz limitar de ofício o número de litigantes.
- Ⓓ Não é permitida a limitação do número de litigantes, porquanto o ajuizamento conjunto da ação é expressão do direito constitucional de ação.
- Ⓔ O litisconsórcio multitudinário decorre do princípio da cooperação e, assim, deve prevalecer ainda que represente entrave à celeridade na prestação jurisdicional e imponha dificuldade ao exercício da ampla defesa.

Questão 31

Citada para apresentar contestação, a parte ré tomou ciência de que a parte autora havia juntado à petição inicial quinze mil páginas de documentos. Em razão disso, a parte ré pediu ao juízo a dilação do prazo para contestação.

Considerando esse caso hipotético, assinale a opção correta.

- Ⓐ O juiz pode dilatar o prazo em, no máximo, dez dias.
- Ⓑ O juiz tem a prerrogativa de ampliar o prazo para que a parte ré possa exercer o contraditório de forma efetiva.
- Ⓒ A dilação do prazo depende da concordância da parte contrária e deve ser formalizada por negócio jurídico processual.
- Ⓓ A mera alegação de insuficiência do prazo para apresentação da contestação é justificativa apta a ensejar a dilação do prazo pelo juiz.
- Ⓔ O juiz pode dilatar prazos de forma discricionária, independentemente de fundamentação.

Questão 32

João e Maria, casados e sem filhos, decidiram, de forma consensual, divorciar-se, então ajuizaram ação de divórcio.

Acerca da ação de divórcio na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ A tutela jurisdicional tem natureza declaratória e a decisão proferida não faz coisa julgada material.
- Ⓑ A jurisdição é contenciosa e a tutela jurisdicional objetivada tem natureza constitutiva.
- Ⓒ A jurisdição é voluntária e a tutela jurisdicional objetivada tem natureza constitutiva.
- Ⓓ A homologação do divórcio consensual é um ato de autocomposição.
- Ⓔ Como a decisão pelo divórcio, ainda que consensual, decorre de incompatibilidade da vida conjugal, a jurisdição é contenciosa e a tutela jurisdicional tem natureza declaratória.

Questão 33

Em determinada ação judicial, dois autores pleiteiam indenização por danos morais contra um réu, cada qual em razão de ofensa pessoal distinta, ocorrida em momentos diferentes, mas com o mesmo fundamento jurídico.

Nesse caso hipotético, o litisconsórcio é

- Ⓐ misto e simples.
- Ⓑ necessário e simples.
- Ⓒ facultativo e unitário.
- Ⓓ necessário e unitário.
- Ⓔ facultativo e simples.

Questão 34

Com relação aos efeitos da condenação por crime de abuso de autoridade e às penas restritivas de direitos previstas na Lei n.º 13.869/2019, assinale a opção correta.

- Ⓐ A prestação de serviços à comunidade, prevista como pena restritiva de direitos, só pode ser aplicada de forma cumulativa com outra pena restritiva de direitos.
- Ⓑ A perda automática do cargo, da função pública ou do mandato eletivo ocorrerá quando houver condenação por crime de abuso de autoridade, independentemente de reincidência.
- Ⓒ A reparação dos danos causados pelo crime de abuso de autoridade é obrigatoriamente fixada de ofício pelo juiz na sentença, independentemente de requerimento do ofendido.
- Ⓓ A inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pode ser aplicada como efeito da condenação, desde que não ultrapasse o período máximo da pena em abstrato.
- Ⓔ A suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato eletivo poderá ser aplicada como pena restritiva de direitos, pelo prazo de um a seis meses, com perda dos vencimentos e das vantagens, podendo ser autônoma ou cumulativa.

Questão 35

A respeito do concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- Ⓐ O mero conhecimento da intenção criminosa de outrem caracteriza participação por omissão, ainda que não exista dever jurídico de agir.
- Ⓑ A instigação é forma de participação material, pois envolve necessariamente o fornecimento de meios para a execução do delito.
- Ⓒ Na cooperação dolosamente distinta, se um dos concorrentes houver praticado crime mais grave não querido pelos demais, estes sujeitar-se-ão à pena do crime menos grave, aumentada até a metade se previsível o resultado mais grave.
- Ⓓ O Código Penal adota a teoria pluralista, segundo a qual cada concorrente responde por crime próprio e distinto dos demais.
- Ⓔ Autor mediato é o partícipe que apenas auxilia materialmente o autor principal, sem deter o controle do fato.

Questão 36

Acerca das causas de extinção da punibilidade previstas no Código Penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A prescrição da pretensão punitiva regula-se pela pena em concreto, independentemente do trânsito em julgado da sentença.
- Ⓑ A prescrição da pena de multa ocorre sempre em dois anos, independentemente de ela ser aplicada isolada ou cumulativamente com pena privativa de liberdade.
- Ⓒ A renúncia do direito de queixa e o perdão aceito não são causas extintivas da punibilidade, mas apenas atos de disponibilidade da vítima.
- Ⓓ A anistia, a graça e o indulto são causas de extinção da punibilidade, ainda que produzam efeitos distintos quanto ao crime e à pena.
- Ⓔ A concessão do perdão judicial é causa de extinção da punibilidade, mas gera reincidência.

Questão 37

Assinale a opção correta em relação ao crime de falsificação de documento público.

- Ⓐ A omissão de dados do segurado em documentos destinados à previdência social constitui infração administrativa, mas não crime de falsificação de documento público.
- Ⓑ A configuração de tal crime requer que o documento falsificado seja de natureza administrativa e tenha sido expedido por órgão estatal, não abrangendo documentos privados de relevância social.
- Ⓒ O testamento particular não se equipara a documento público para fins penais, por isso eventual falsificação dele deve ser enquadrada como falsidade ideológica.
- Ⓓ A inserção, em documento contábil de empresa, de informação falsa que produza efeitos perante a previdência social configura falsificação de documento público em forma especial.
- Ⓔ A pena aplicável ao funcionário público que haja falsificado documento público em razão do cargo será aumentada em um terço.

Questão 38

Segundo a Lei n.º 4.320/1964, o superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes é classificado como

- Ⓐ despesa corrente.
- Ⓑ receita orçamentária.
- Ⓒ despesa de capital.
- Ⓓ receita de capital.
- Ⓔ receita corrente.

Questão 39

Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, dívida pública fundada é definida como

- Ⓐ compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada, por meio da emissão de títulos.
- Ⓑ dívida representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, estados e municípios.
- Ⓒ montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente federativo, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- Ⓓ compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão ou aceite de título, quando feito com o uso de derivativos financeiros.
- Ⓔ compromisso financeiro assumido em razão do recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, incluindo-se os valores necessários à amortização da dívida.

Questão 40

A prestação de contas

- Ⓐ consiste em ato administrativo discricionário, que tem início a partir do ato da autoridade administrativa competente do tribunal de contas, que decide auditar determinada operação.
- Ⓑ constitui obrigação de natureza jurídico-contratual resultante do vínculo entre o agente público e a administração.
- Ⓒ é um procedimento sancionador, sendo exigida apenas quando há indícios de irregularidade na aplicação dos recursos ou quando há inadimplemento contumaz de uma obrigação financeira.
- Ⓓ tem natureza político-jurídica, vinculada exclusivamente ao juízo discricionário do Poder Legislativo e do agente político responsável.
- Ⓔ é um dever jurídico constitucionalmente previsto, que recai sobre todo aquele que administre, arrecade, guarde ou utilize bens ou valores públicos.

Questão 41

Para o necessário pagamento dos precatórios judiciais, as dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente

- Ⓐ ao Poder Judiciário, cabendo ao presidente do tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral.
- Ⓑ ao tribunal de contas competente, por fiscalizar o ente federativo devedor.
- Ⓒ ao Ministério do Planejamento e Orçamento, que incluirá a dotação específica na lei orçamentária anual.
- Ⓓ ao juiz competente pelo processo de execução, o qual deverá requisitar os recursos necessários no prazo legal.
- Ⓔ ao Conselho Nacional de Justiça, que descentralizará os recursos para a vara de execução competente.

Questão 42

Receita pública, em seu sentido estrito, é conceituada juridicamente como

- A** montante de ingressos públicos que, independentemente de seu caráter, denominação ou natureza jurídica, é destinado exclusivamente ao custeio de despesas correntes.
- B** todo ingresso de recursos nos cofres estatais, ainda que de forma temporária ou sem caráter definitivo, a exemplo de depósitos e cauções.
- C** tributos arrecadados pela União, não abrangendo ingressos oriundos de preços públicos, doações ou exploração de patrimônio.
- D** entrada de recursos financeiros no patrimônio público com caráter definitivo, que amplia a disponibilidade do Estado para a realização de suas atividades.
- E** previsão orçamentária constante da lei orçamentária anual, não dependendo de efetiva arrecadação para ser considerada existente.

Questão 43

Julgue os seguintes itens, com base no regramento jurídico aplicável às sociedades limitadas.

- I O sócio administrador responde primariamente pela integralização do capital social.
- II Exige-se o capital mínimo de 10 salários para a composição de sociedade limitada.
- III Admite-se conjunto unitário na composição societária, mediante contrato social.
- IV A sociedade limitada é regida subsidiariamente pelas normas da sociedade anônima.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas o item III está certo.
- E** Apenas o item IV está certo.

Questão 44

Decretada a falência, serão pagos com precedência os créditos classificados como extraconcursais, a exemplo

- A** das quantias fornecidas à massa falida pelos credores.
- B** dos previstos em lei ou contrato.
- C** dos gravados com direito real de garantia, até o limite do valor do bem.
- D** dos decorrentes de acidentes de trabalho anteriores à falência.
- E** dos tributários, exceto multas.

Questão 45

As companhias constituem tipo societário próprio da atividade empresária, com elementos que as distinguem de outras modalidades associativas. Entre as características desse tipo societário cita-se

- A** a responsabilidade solidária dos sócios pela integralização do capital social.
- B** a predominância de relações horizontais entre os sócios.
- C** a divisão do capital em quotas, iguais ou desiguais, obrigando-se cada sócio pela totalidade das ações que compõe o capital social, a partir da emissão das ações que subscrever ou adquirir.
- D** a constituição mediante contrato social, o qual deve indicar o nome dos acionistas presentes.
- E** a classificação como aberta quando da admissão de negociação dos seus títulos em oferta pública.

Questão 46

O ato de descon sideração inversa da personalidade jurídica de uma sociedade empresária consiste em

- A** proteger o patrimônio dos sócios diante do cumprimento de determinadas obrigações da personalidade jurídica.
- B** responsabilizar a sociedade por determinadas obrigações de seus sócios ou administradores.
- C** responsabilizar os administradores por determinadas obrigações de cotistas/acionistas.
- D** desconstituir a autonomia da sociedade para atingir o patrimônio de seus sócios ou administradores.
- E** desconstituir a autonomia da sociedade para atingir o patrimônio de seus cotistas/acionistas.

Questão 47

Acerca da seguridade social e dos princípios que a regem, julgue os itens a seguir.

- I O sistema de seguridade social com abrangência das áreas de saúde, previdência social e assistência social foi criado inicialmente pela Constituição Federal de 1946.
- II De acordo com o princípio da diversidade da base de financiamento, as receitas e despesas de cada área da seguridade social (saúde, previdência e assistência social) devem ser identificadas em rubricas contábeis específicas, preservando-se o caráter contributivo exclusivamente da previdência social.
- III Segundo o princípio constitucional da equidade na forma de participação no custeio da seguridade social, todos os setores da sociedade devem contribuir proporcionalmente para o financiamento do sistema de seguridade, razão por que é expressamente vedado que apenas a previdência social tenha caráter contributivo, exigindo-se contrapartida financeira também dos beneficiários da saúde e da assistência social.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas o item III está certo.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 48

Assinale a opção em que é citado benefício previdenciário que dispensa a exigência de carência.

- A** aposentadoria por tempo de contribuição do segurado contribuinte individual
- B** salário-maternidade da segurada especial
- C** auxílio-reclusão do segurado empregado doméstico
- D** aposentadoria especial dos segurados obrigatórios
- E** aposentadoria por idade do segurado facultativo

Questão 49

A respeito do custeio da seguridade social, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considera-se segurado especial a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 módulos fiscais, devendo ela contribuir com 1,2% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção.
- Ⓑ A alíquota de contribuição dos segurados facultativos será de 20% sobre o respectivo salário de contribuição, inexistindo outros percentuais de contribuições válidos para a referida modalidade de segurado.
- Ⓒ As alíquotas de contribuição para a seguridade social do empregador e empregado domésticos são iguais.
- Ⓓ A União financia a seguridade social apenas de forma indireta, gerenciando a correta aplicação das receitas das contribuições sociais e das receitas de outras fontes previstas em lei.
- Ⓔ Parte da arrecadação resultante do confisco de bens de valor econômico vinculados ao tráfico ilícito de entorpecentes, drogas afins e à exploração de trabalho escravo será destinada ao financiamento da seguridade social.

Questão 50

Assinale a opção correta acerca de aposentadorias e pensões sob o regime geral de previdência social (RGPS).

- Ⓐ A pensão por morte poderá ser paga ao filho estudante e não inválido até que ele complete 24 anos de idade.
- Ⓑ A concessão da aposentadoria por invalidez sempre será precedida da concessão de auxílio-doença ao segurado.
- Ⓒ A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao RGPS não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.
- Ⓓ O fator previdenciário incide no cálculo das aposentadorias por idade, especial e por tempo de contribuição.
- Ⓔ Nas pensões por morte, a concubina concorre em igualdade de condições com a esposa do falecido segurado, pois são dependentes previdenciárias de mesma classe.

Questão 51

Julgue os seguintes itens, relativos à previdência complementar.

- I É válida cláusula de contrato de previdência complementar que estabeleça regras diferenciadas entre homens e mulheres para o cálculo e a concessão da complementação de aposentadoria, com previsão de valor inferior do benefício às mulheres, em razão de seu menor tempo de contribuição.
- II O atual regime de previdência complementar dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos oferece planos de benefícios somente na modalidade contribuição definida.
- III A fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar a cargo do Estado não exime os patrocinadores e os instituidores da responsabilidade pela supervisão sistemática das atividades desenvolvidas pelas respectivas entidades.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 52

Acerca de dívida ativa, assinale a opção correta de acordo com o Código Tributário Nacional (CTN) e a jurisprudência do STJ.

- Ⓐ É vedada a substituição da certidão de dívida ativa para correção de erro que resulte na modificação do sujeito passivo da execução fiscal.
- Ⓑ A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
- Ⓒ A quantia devida é requisito do termo de inscrição em dívida ativa, que dispensa a apresentação da maneira de cálculo dos juros de mora.
- Ⓓ Erros ou omissões quanto aos requisitos das certidões de dívida ativa constituem nulidades insanáveis.
- Ⓔ A certidão de dívida ativa pode ser substituída a qualquer tempo para sanar erro formal ou material.

Questão 53

Conforme a legislação em vigor e o atual entendimento do STF, os empréstimos compulsórios

- Ⓐ podem ser instituídos desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos.
- Ⓑ possuem natureza jurídica de contrato coativo.
- Ⓒ podem ser instituídos na hipótese de conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.
- Ⓓ podem ser instituídos no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- Ⓔ podem ser instituídos pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal.

Questão 54

De acordo com o CTN, as causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário incluem

- I parcelamento.
- II depósito do montante integral.
- III anistia.
- IV moratória.
- V remissão.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e IV.
- Ⓑ I, II e V.
- Ⓒ I, III e IV.
- Ⓓ II, III e V.
- Ⓔ III, IV e V.

Questão 55

Em relação à competência tributária dos entes federativos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O IPVA terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- Ⓑ O imposto seletivo não poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo dos demais tributos.
- Ⓒ A contribuição sobre bens e serviços (CBS) é um tributo de competência compartilhada entre estados, Distrito Federal e municípios.
- Ⓓ Compete aos municípios instituir o IPVA sobre os veículos licenciados em seu território.
- Ⓔ É facultado aos entes federativos aplicar a progressividade da alíquota do ITCMD de acordo com o valor do quinhão, do legado ou da doação.

Questão 56

A respeito da repartição de receitas tributárias, assinale a opção correta.

- Ⓐ A União entregará 10% do produto da arrecadação do imposto de renda, do IPI e do imposto seletivo para os fundos de participação dos estados e municípios.
- Ⓑ Os municípios que optarem por fiscalizar e cobrar o ITR ficarão com 50% do produto da arrecadação desse imposto relativamente aos imóveis neles situados.
- Ⓒ Pertencem aos municípios 50% do produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos por eles.
- Ⓓ Pertencerão aos estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência residual.
- Ⓔ Pertence aos municípios a totalidade do IPVA arrecadado em relação a veículos aquáticos e aéreos cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios.

Questão 57

Consoante o disposto na Lei n.º 9.605/1998, incorrerá nas mesmas penas previstas para a caça de espécimes da fauna silvestre quem

- Ⓐ abater animal, sem autorização, para proteção de lavoura.
- Ⓑ provocar o perecimento de espécimes da fauna aquática pela emissão de efluentes.
- Ⓒ praticar maus-tratos contra animais silvestres.
- Ⓓ modificar criadouro natural.
- Ⓔ pescar em lugares interditados por órgão competente.

Questão 58

Julgue os itens a seguir, em relação aos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, de acordo com a Lei n.º 9.433/1997.

- I A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.
- II Reconhece-se o valor econômico da água priorizando-se a sua aplicação em atividades econômicas durante situações de escassez.
- III Os corpos de água serão enquadrados em classes, dissociando-se aspectos de qualidade e quantidade.
- IV A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e III.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ I, II e III.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 59

Para a concessão de registro de agrotóxicos e de produtos de controle ambiental, exige-se análise dos riscos, processo que, de acordo com a Lei n.º 14.785/2023, compreenderá as fases de

- Ⓐ verificação, avaliação e monitoramento.
- Ⓑ monitoramento, relato e verificação.
- Ⓒ avaliação, comunicação e gestão.
- Ⓓ avaliação, descrição e comunicação.
- Ⓔ mensuração, análise e descrição.

Questão 60

Para o incentivo do uso, da comercialização e da industrialização de materiais recicláveis, a Política Estadual de Reciclagem de Materiais do Estado de Mato Grosso do Sul prevê, entre outras medidas, a

- Ⓐ criação de área de neutralidade fiscal para empresas com atividade relacionada à política de reciclagem de materiais.
- Ⓑ fixação de percentual mínimo obrigatório de uso de materiais reciclados na atividade comercial.
- Ⓒ expansão de aterros sanitários para depósito de materiais.
- Ⓓ criação de cadastro público para habilitação de empresas de reciclagem.
- Ⓔ criação de uma autarquia de gerenciamento de resíduos.

Questão 61

De acordo com as diretrizes para a verificação da segurança de barragem, aterros sanitários e de depósitos de resíduos tóxicos industriais e residenciais no estado do Mato Grosso do Sul, o empreendedor é obrigado a

- Ⓐ promover estudos hidrológicos e meteorológicos em um período de recorrência de no mínimo de 20 anos.
- Ⓑ emitir autodeclaração que ateste a conformidade do projeto de obra, para fins de dispensa do licenciamento ambiental.
- Ⓒ elaborar plano de prevenção de acidentes junto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- Ⓓ solicitar os estudos geológicos da área ao órgão estadual competente em período de recorrência de no mínimo 10 anos.
- Ⓔ apresentar plano de automonitoramento.

Questão 62

A auditoria governamental

- Ⓐ depende de previsão contratual específica e, inexistindo cláusula de auditoria, o ente privado não se submete à fiscalização de recursos públicos.
- Ⓑ restringe-se a entes federativos e empresas estatais dependentes, não abrangendo entidades privadas sem fins lucrativos que recebam subvenções.
- Ⓒ alcança qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre recursos, bens ou valores públicos.
- Ⓓ limita-se a recursos orçamentários próprios, não alcançando renúncias de receitas, subvenções e outras formas indiretas de utilização de recurso público que promovam os seus fins sociais.
- Ⓔ circunscreve-se à administração direta dos Poderes, excluídas entidades da administração indireta e organizações sociais conveniadas.

Questão 63

Em auditoria de demonstrações contábeis do setor público, a opinião com ressalva é adequada quando

- Ⓐ apenas se pretenda recomendar melhorias de controles, sem avaliar fidedignidade ou apresentar opinião formal.
- Ⓑ não existam evidências de auditoria suficientes para qualquer conclusão, por limitação generalizada e não aferível de alcance.
- Ⓒ haja distorções relevantes não generalizadas que afetem itens específicos, mas não o conjunto das demonstrações.
- Ⓓ as distorções identificadas sejam relevantes e generalizadas, comprometendo a fidedignidade global das demonstrações.
- Ⓔ as demonstrações estejam livres de distorções relevantes e sejam apresentadas e divulgadas conforme as normas.

Questão 64

Em relação à auditoria operacional e à avaliação de programas de governo, assinale a opção correta.

- Ⓐ A auditoria operacional deve ater-se à conferência documental dos contratos públicos, não sendo recomendáveis entrevistas ou observação direta.
- Ⓑ A auditoria operacional, cujo foco é sancionatório, está centrada na apuração da culpa ou dolo do gestor, e nela não são utilizados indicadores de desempenho.
- Ⓒ A avaliação de programas investiga desenho, implementação e resultados, envolvendo critérios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.
- Ⓓ A auditoria operacional requer julgamento contábil e fiscal das demonstrações, resultando em opinião com ou sem ressalvas sobre o feito.
- Ⓔ A avaliação de programas de governo não abrange evidências empíricas, dada a sua dependência ao juízo discricionário das metas definidas e efetivadas pelo gestor.

Questão 65

No planejamento da auditoria, o escopo

- Ⓐ restringe-se à conformidade legal do gasto e não abrange avaliação operacional, desempenho ou resultados previstos no planejamento.
- Ⓑ consiste em cronograma logístico e oferta de equipe, sendo detalhado após os testes em campo e a consolidação dos achados.
- Ⓒ resulta do edital ou contrato do auditado e vincula o auditor, cuja função é apenas executiva, não podendo alterar alcance, critérios e procedimentos.
- Ⓓ define objeto, período, unidades e critérios, alinhado aos riscos e à materialidade, servindo de base aos programas de auditoria.
- Ⓔ define objeto, período, unidades e critérios, articulado aos riscos e à materialidade, com ajustes formais quando necessário ou demandados pelo ente auditado.

Questão 66

Assinale a opção correta a respeito da amostragem em auditoria.

- Ⓐ No âmbito da auditoria governamental, exige-se exame de todas as operações, admitindo-se a amostragem somente para controle interno administrativo e publicização.
- Ⓑ A amostragem estatística por seleção probabilística está sujeita a risco e erro amostral que não podem ser estimados, o que dificulta a inferência estatística.
- Ⓒ A amostragem por julgamento elimina o risco de seleção, garantindo conclusões definitivas e dispensando documentação detalhada de critérios e cálculos probabilísticos.
- Ⓓ A amostragem estatística permite estimar risco e erro, com seleção probabilística e inferência à população estatística, apoiando achados e conclusões comunicadas ao gestor e ao controle externo.
- Ⓔ O tamanho da amostra independe da materialidade e da avaliação de risco dos artefatos, devendo refletir essencialmente prazos de execução e orçamento disponível.

Questão 67

Assinale a opção correta em relação aos testes de auditoria governamental.

- Ⓐ A avaliação de riscos não influencia natureza, época e extensão, ao passo que a seleção de testes segue roteiro padronizado para uniformizar os trabalhos em todas as unidades de um mesmo órgão estatal.
- Ⓑ A existência de manuais de execução de procedimentos torna dispensáveis os testes de controles.
- Ⓒ Em situações de risco baixo, aplicam-se apenas testes de controles, e nas de risco alto, apenas testes substantivos, devendo-se evitar combinações de testes, que duplicariam esforços e custos.
- Ⓓ Os testes de controles avaliam desenho e operação dos controles, e os testes substantivos, por detalhes e analíticos, buscam distorções.
- Ⓔ Os testes de controles não verificam procedimentos e alcançam diretamente a apresentação das demonstrações contábeis.

Questão 68

Em uma auditoria governamental, os papéis de trabalho

- Ⓐ substituem o relatório e dispensam justificativas específicas, visto que contêm detalhamento suficiente para os destinatários da fiscalização.
- Ⓑ podem ser descartados após o parecer, porque sua finalidade se encerra com a emissão formal da opinião do auditor.
- Ⓒ registram o planejamento, execução, evidências e conclusões, com identificação, datas, supervisão e trilha para eventual revisão.
- Ⓓ prescindem de identificação do executor e do revisor, bastando a indicação do órgão, período e principais procedimentos identificados.
- Ⓔ pertencem ao auditado e devem ser disponibilizados integralmente nos portais públicos, pois a documentação de uma auditoria governamental não se sujeita ao requisito de confidencialidade.

Questão 69

Na comunicação dos resultados, o relatório de auditoria deve

- Ⓐ substituir o parecer quando houver avaliação operacional, pois ambos se destinam às demonstrações contábeis dos recursos públicos aplicados.
- Ⓑ restringir-se à transcrição de documentos do auditado, sob pena de violar a autonomia da gestão do órgão fiscalizado.
- Ⓒ eliminar limitações relevantes de escopo para não comprometer a percepção pública a respeito do programa avaliado e seus impactos para os cidadãos.
- Ⓓ apresentar síntese da conclusão final, pois os achados são documentos internos que não integram a peça de comunicação a ser divulgada ao controle social.
- Ⓔ conter explicitação do objetivo, escopo e metodologia; descrição criteriosa de achados, condição, causa e efeito; bem como conclusão e encaminhamentos.

Questão 70

Em determinado contexto de desaceleração econômica com aumento do desemprego e da volatilidade de preços administrados, o governo decide ampliar o seguro-desemprego e transferências focalizadas, acelerar os investimentos em infraestrutura logística já autorizados e fomentar ajustes tributários para reduzir a regressividade.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito às funções do orçamento público, predomina(m)

- Ⓐ as funções alocativa e distributiva em iguais proporções.
- Ⓑ a função alocativa, pois a ênfase está na expansão do investimento público para corrigir falhas de provisão de bens públicos puros.
- Ⓒ a função distributiva, pois os instrumentos centrais são transferências de renda e reequilíbrio da carga tributária para mitigar desigualdades.
- Ⓓ a função estabilizadora, porque qualquer aumento de gasto público cumpre papel contracíclico.
- Ⓔ as funções distributiva e estabilizadora, com prioridade para esta, dada a desaceleração econômica.

Questão 71

Assinale a opção correta em relação ao princípio da exclusividade na lei orçamentária anual (LOA) e suas exceções.

- Ⓐ Por força do princípio da transparência fiscal, permite-se a inclusão na LOA de anexo informativo que veicule matéria normativa, ainda que estranha à previsão/fixação de receitas e despesas.
- Ⓑ Incluem-se entre as exceções constitucionais previstas a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita orçamentária.
- Ⓒ A LOA pode conter matérias estranhas à previsão/fixação de receitas e despesas quando houver interesse público relevante, desde que justificadas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).
- Ⓓ É possível incluir programas plurianuais na LOA, consolidando-se o plano plurianual (PPA) no mesmo diploma.
- Ⓔ É permitido inserir normas de gestão de pessoal na LOA, desde que sem impacto financeiro no exercício.

Questão 72

Assinale a opção correta no que diz respeito à programação orçamentária e financeira, com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- Ⓐ A limitação de empenho suspende automaticamente a execução de contratos vigentes, sem ônus, independentemente de aditivos, reequilíbrio econômico-financeiro ou comunicação formal aos contratados.
- Ⓑ O Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF), editado pelo Poder Executivo, substitui integralmente a LOA quando houver frustração de receita, passando a definir dotações e autorizações de gasto no lugar da lei aprovada.
- Ⓒ A limitação de empenho torna desnecessárias a reestimativa da receita e a reprogramação do cronograma de desembolso, bastando restringir autorizações de gasto para recompor o equilíbrio fiscal.
- Ⓓ Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- Ⓔ Poderão ser cancelados os restos a pagar processados para o atendimento à meta, independentemente da etapa de liquidação, de controles específicos ou de respaldo em norma de despesa.

Questão 73

De acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação de crédito por antecipação de receita

- Ⓐ é um instrumento de ajuste semelhante ao DPOF, com natureza de ato infralegal financeiro, que permite ao Poder Executivo reordenar fluxos e captar recursos junto a bancos públicos sem que se caracterize operação de crédito.
- Ⓑ pode ser contratada para a rolagem de dívida bancária se houver autorização da LOA e previsão na LDO, respeitadas as metas fiscais e observados os limites de endividamento consolidados no período.
- Ⓒ destina-se a atender insuficiência momentânea de caixa durante o exercício financeiro, devendo cumprir, entre outras exigências, a de liquidação com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro de cada ano.
- Ⓓ destina-se a capitalizar investimentos e pode refinanciar dívidas, desde que liquidadas até o final do exercício, pois sua finalidade é prover recursos temporários para qualquer tipo de despesa diante de choque de receitas correntes.
- Ⓔ é uma forma de antecipação de receita vinculada para projetos específicos, desde que a vinculação conste do contrato, podendo a liquidação se estender até o exercício seguinte, quando houver continuidade dos programas prioritários do governo.

Questão 74

Um instituto federal mantém base de campo em área remota, com Internet instável e fornecedores locais sem pontos de venda eletrônicos. Para garantir itens urgentes e eventuais (gás, combustível do gerador, pequenas peças), o gestor pretende conceder suprimento de fundos via cartão de pagamento do governo federal (CPGF) ao servidor residente. No segundo quadrimestre, houve atraso na prestação de contas de adiantamento anterior, e algumas compras se aproximam de limites que, somadas, superariam o limiar de dispensa.

Nessa situação, para solucionar o problema, o gestor deve

- Ⓐ substituir o suprimento por adiantamentos informais, com reembolso em folha; centralizar as compras em contrato anual de fornecimento mínimo, utilizando o CPGF para cobrir diferenças; e inscrever restos a pagar não processados se as notas fiscais forem conferidas depois.
- Ⓑ concentrar as demandas em um único suprimento global, permitindo uso para despesas de manutenção contínua e contratos de limpeza; admitir fracionamento se cada compra for inferior ao limite; e registrar restos a pagar se a prestação não ocorrer até 31 de dezembro.
- Ⓒ emitir, em razão da urgência, empenho direto para o fornecedor e usar o CPGF apenas para reembolso posterior ao servidor; e permitir novo adiantamento mesmo sem prestação de contas, desde que o saldo do CPGF não esteja totalmente utilizado no mês.
- Ⓓ conceder suprimento com empenho em nome do suprido, com finalidade, teto e prazo definidos; admitir saque em espécie de forma excepcional e motivada; vedar uso para serviços contínuos e bens permanentes; e vedar novo adiantamento sem prévia prestação de contas.
- Ⓔ autorizar suprimento sem limitação expressa de natureza da despesa, desde que os preços médios sejam observados; permitir aquisição de microequipamentos permanentes de baixo valor; e dispensar motivação para saque em espécie se a Internet for intermitente.

Questão 75

O DPOF

- Ⓐ pode instituir limitação de empenho e de movimentação financeira conforme critérios da LDO, operacionalizando a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, sem alterar metas legais ou hierarquias fixadas em lei.
- Ⓑ pode cancelar os restos a pagar não processados automaticamente, pois seu objetivo é recompor o equilíbrio de caixa, equiparando-se a decreto de anulação de dotações na LOA quando houver frustração relevante da arrecadação estimada.
- Ⓒ possui natureza de lei ordinária material, permitindo alterar alíquotas de tributos e revisar metas fiscais, pois é o principal instrumento de gestão fiscal do exercício e tem primazia sobre a LOA e a LDO para enfrentar choques de arrecadação.
- Ⓓ suspende automaticamente, assim que assinado pelo chefe do Poder Executivo estadual, a execução de contratos vigentes, inclusive despesas obrigatórias, até nova avaliação bimestral, sendo desnecessário ato específico de limitação previsto na LRF.
- Ⓔ pode contingenciar quaisquer dotações, inclusive obrigações constitucionais e legais e serviço da dívida, desde que se justifique em relatório, pois a LRF não estabelece exceções materiais quando há risco às metas fiscais do exercício.

Questão 76

O tesouro gerencial é

- Ⓐ uma ferramenta de transparência externa obrigatória, que concentra relatórios legais e substitui o Portal da Transparência visto que seus dados são finais, com presunção absoluta de veracidade, não havendo necessidade de cruzamento com fontes primárias.
- Ⓑ um sistema transaccional de registro que permite corrigir lançamentos contábeis; por ser oficial, dispensa reconciliações com o SIAFI e seus “cubos” substituem a necessidade de trilhas de auditoria e de validações de integridade de dados.
- Ⓒ uma ferramenta de *business intelligence* que permite consultas, filtros e cruzamentos de dados, não altera registros nem substitui o SIAFI, exige validações de consistência e pode apresentar defasagem, recomendando-se sua validação para análises detalhadas e painéis.
- Ⓓ um repositório legal de prestação de contas, com consultas que têm força normativa sobre relatórios fiscais; por sua natureza, os dados dele extraídos dispensam documentação de suporte e podem ser usados para empenhar e liquidar despesas com segurança jurídica.
- Ⓔ um módulo exclusivo para análise de restos a pagar processados que não permite consultas por favorecido; sua principal utilidade é autorizar pagamentos pendentes, integrando-se à programação financeira, com controle prévio e aprovação automática.

Questão 77

Uma entidade gerencia seus ativos financeiros com base no Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, utilizando-se de um modelo de negócio cuja finalidade é a realização de fluxos de caixa que decorram tanto da venda dos referidos ativos quanto do recebimento, em datas especificadas, de fluxos de caixa contratuais oriundos exclusivamente de pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto.

Nessa situação, a entidade deve, como regra geral, mensurar esses ativos ao

- Ⓐ valor presente.
- Ⓑ custo amortizado.
- Ⓒ custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor.
- Ⓓ valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Ⓔ valor justo por meio do resultado.

Questão 78

Em uma empresa comercial que elabora a demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto, os recebimentos de caixa pela emissão de ações, os recebimentos de caixa decorrentes da amortização de empréstimos concedidos a terceiros, os pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e os recebimentos de caixa oriundos de empréstimos obtidos de bancos por meio de cheque especial, cuja liquidação deva se dar em curto lapso temporal, devem ser classificados, respectivamente, como

- Ⓐ fluxos de caixa das atividades de investimento; caixa e equivalentes de caixa; fluxos de caixa das atividades de financiamento; e fluxos de caixa das atividades operacionais.
- Ⓑ fluxos de caixa das atividades de investimento; fluxos de caixa das atividades de financiamento; fluxos de caixa das atividades operacionais; e caixa e equivalentes de caixa.
- Ⓒ fluxos de caixa das atividades de financiamento; fluxos de caixa das atividades de investimento; caixa e equivalentes de caixa; e fluxos de caixa das atividades de financiamento.
- Ⓓ fluxos de caixa das atividades de financiamento; fluxos de caixa das atividades de investimento; fluxos de caixa das atividades operacionais; e caixa e equivalentes de caixa.
- Ⓔ caixa e equivalentes de caixa; fluxos de caixa das atividades de financiamento; fluxos de caixa das atividades operacionais; e fluxos de caixa das atividades de investimento.

Questão 79

Segundo o método da equivalência patrimonial, a deliberação de distribuição de dividendos aos acionistas pela investida, que é coligada da investidora, deve provocar, na contabilidade da investidora, um lançamento contábil a débito de uma conta de dividendos a receber e a crédito de uma conta de

- Ⓐ reservas de capital.
- Ⓑ outros resultados abrangentes.
- Ⓒ participações em coligadas.
- Ⓓ receitas de dividendos.
- Ⓔ receitas de equivalência patrimonial.

Questão 80

Uma companhia aberta adquiriu, por R\$ 100.000, determinadas mercadorias para revenda e, em um único dia, as revendeu totalmente.

As seguintes informações são relativas a tais mercadorias.

IPI e ICMS embutidos no preço das mercadorias quando da sua aquisição pela companhia	R\$ 34.000
gastos com frete e seguro de transporte das mercadorias adquiridas arcados pela companhia no momento da aquisição	R\$ 2.500
gastos destinados ao armazenamento das mercadorias até sua revenda pela companhia	R\$ 200
gastos de comercialização incorridos pela companhia quando da revenda das mercadorias	R\$ 10.000

Na situação hipotética apresentada, o valor do custo das mercadorias vendidas que deve ter sido reconhecido contabilmente pela companhia aberta no dia da revenda é igual a

- A R\$ 66.000.
- B R\$ 68.500.
- C R\$ 68.700.
- D R\$ 78.700.
- E R\$ 102.500.

Questão 81

Acerca de ativos intangíveis, ativos imobilizados e estoques, julgue os seguintes itens, com base nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- I Pelo método do custo, o valor do ativo intangível com vida útil definida deve ser ajustado para contemplar, além da amortização acumulada, a perda acumulada decorrente da redução do valor contábil do referido ativo ao seu valor recuperável.
- II A depreciação de um ativo imobilizado terá início no momento em que ele estiver disponível para uso e cessará quando for classificado como mantido para venda ou na data em que for baixado, o que ocorrer primeiro.
- III Os custos dos estoques formados por itens que não sejam intercambiáveis devem ser atribuídos por meio da identificação específica dos custos individuais de cada item.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 82

O efeito da tomada de capitais de terceiros a determinado custo para aplicá-los com um retorno determinado chama-se alavancagem financeira, que pode ser mensurada pela razão entre

- A lucro operacional e ativo total deduzido dos passivos de funcionamento.
- B retorno sobre patrimônio líquido e retorno sobre os investimentos.
- C variação do montante de vendas e variação da margem de lucro operacional.
- D margem de contribuição total e lucro operacional líquido de imposto de renda.
- E retorno sobre os investimentos e custo médio ponderado de capital.

Questão 83

O EBITDA, indicador amplamente utilizado em análise financeira de empresas, permite a mensuração

- A do retorno operacional.
- B do grau de alavancagem financeira.
- C da alavancagem operacional.
- D do lucro operacional líquido do imposto de renda.
- E da capacidade operacional de geração de caixa.

Questão 84

Assinale a opção em que é citada a metodologia de custeio fundamental na análise de variações de custos e gestão por exceção.

- A custeio padrão
- B custeio variável
- C custeio por absorção
- D custeio ABC
- E custeio RKW

Questão 85

As informações seguintes foram extraídas das demonstrações contábeis de uma entidade em determinado período.

estoque médio	R\$ 51,2 milhões
custo das mercadorias vendidas	R\$ 526 milhões
saldo médio de créditos contra clientes	R\$ 89,6 milhões
vendas realizadas	R\$ 975,8 milhões
saldo médio a pagar a fornecedores	R\$ 47,4 milhões
compras realizadas	R\$ 532,6 milhões

Com base nessas informações, é correto afirmar que os ciclos operacional e financeiro dessa entidade, em dias, são, respectivamente, iguais a

- A 62 e 33.
- B 64 e 34.
- C 66 e 35.
- D 68 e 36.
- E 70 e 37.

Questão 86

Para prever o risco de insolvência de uma entidade, Kanitz formulou a equação apresentada a seguir, com os seguintes fatores de insolvência: I_1 corresponde à rentabilidade; I_2 , ao endividamento; I_3 , à liquidez seca; I_4 , à liquidez corrente; e I_5 , à participação de capitais de terceiros.

$$(0,05 \times I_1) + (1,65 \times I_2) + (3,55 \times I_3) - (1,06 \times I_4) - (0,33 \times I_5)$$

No modelo de Kanitz, resultados acima de zero para essa equação indicam a solvência da entidade, ao passo que resultados abaixo de zero indicam aumento do risco de insolvência.

O resultado da equação de Kanitz tenderá à caracterização de insolvência quanto maior for o fator

- A participação de capitais de terceiros.
- B rentabilidade.
- C liquidez seca.
- D liquidez corrente.
- E endividamento.

Questão 87

Em relação às análises horizontal e vertical, julgue os itens a seguir.

- I Para fins de análise econômico-financeira, um número-índice resulta da relação de uma conta contábil ou de um grupo de contas contábeis em determinada data e seu valor na data-base estabelecida.
- II A comparação de uma conta contábil ou de um grupo de contas contábeis com um valor afim ou relacionável no mesmo período é a base metodológica da análise vertical.
- III A análise de tendências em perspectiva temporal não dispensa a análise por grupos de comparação dentro de um mesmo período.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 88

Entre as limitações da análise da situação econômico-financeira de empresas mediante indicadores inclui-se a carência de indicadores que abrangem condições de mercado e outros fatores externos cruciais para o sucesso empresarial. Um indicador que, quando usado, mitiga essas limitações é o

- A** custo médio ponderado de capital.
- B** retorno sobre vendas.
- C** valor econômico adicionado.
- D** retorno sobre os investimentos (ROI).
- E** *market share*.

Questão 89

Caso um município arrecade, no mês de dezembro de 2024, os valores referentes ao IPTU de 2025, a arrecadação municipal é considerada

- A** receita orçamentária de 2025 do ponto vista orçamentário e passivo até o exercício seguinte do ponto de vista patrimonial.
- B** antecipação de receita orçamentária de 2025 do ponto vista orçamentário e variação qualitativa do ponto de vista patrimonial.
- C** não passível de registro do ponto vista orçamentário e deve compor ajuste de exercícios anteriores do ponto de vista patrimonial.
- D** receita extraorçamentária do ponto de vista orçamentário e variação aumentativa do ponto de vista patrimonial.
- E** receita orçamentária de 2024 do ponto vista orçamentário e receita no mesmo exercício do ponto de vista patrimonial.

Questão 90

Um estado que não possui tribunal de contas dos municípios apurou, nos últimos 12 meses, receita corrente líquida (RCL) de R\$ 18 trilhões. No mesmo período, a despesa total com pessoal do Poder Legislativo, incluída a do tribunal de contas estadual, foi de R\$ 590 bilhões, o que corresponde a cerca de 3,28% da RCL apurada.

Nessa situação hipotética, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei n.º 101/2000), há excesso na despesa do Poder Legislativo,

- A** devendo o ente eliminar pelo menos 1/3 do excesso no primeiro quadrimestre, sem necessidade de eliminar o total do percentual excedente.
- B** devendo o ente eliminar o percentual excedente em até dois quadrimestres, sendo pelo menos 1/3 no primeiro quadrimestre.
- C** devendo tal excesso ser eliminado em um quadrimestre.
- D** devendo tal excesso ser eliminado até o final do exercício corrente.
- E** não havendo, porém, necessidade de eliminar o percentual excedente.

Questão 91

Em relação à demonstração das variações patrimoniais (DVP), assinale a opção correta.

- A** A constituição de provisão para contingências representa variação patrimonial diminutiva de natureza quantitativa.
- B** A arrecadação de receita tributária consiste em variação patrimonial qualitativa, pois altera apenas a composição dos ativos.
- C** A aplicação de superávit financeiro em créditos adicionais representa variação patrimonial aumentativa de natureza quantitativa.
- D** O pagamento de uma despesa de custeio gera variação patrimonial qualitativa, pois reduz um ativo e um passivo em igual montante.
- E** O reconhecimento da depreciação do ativo imobilizado constitui variação patrimonial qualitativa, pois não altera o resultado do exercício.

Questão 92

Assinale a opção correta a respeito da estrutura e uso do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

- A** A utilização do PCASP é facultativa aos entes subnacionais que mantenham plano de contas próprio harmonizado com a Lei n.º 4.320/1964.
- B** A natureza da informação contábil “controle” deve ser utilizada exclusivamente para registros extraorçamentários.
- C** Atributos como fonte/destinação de recursos e esfera orçamentária integram o PCASP para fins de detalhamento orçamentário, embora não sejam atributos contábeis.
- D** As regras de integridade do PCASP visam assegurar que todas as contas possuam apenas saldo credor, de forma a evitar inconsistências nos registros.
- E** O código da conta contábil é estruturado em oito níveis hierárquicos, sendo o primeiro e o segundo destinados, respectivamente, à classe e ao grupo.

Questão 93

Julgue os itens a seguir, com base no disposto na NBC TSP 09 e na NBC TSP 10, que tratam da redução ao valor recuperável de ativos não geradores e geradores de caixa, respectivamente.

- I Para a redução ao valor recuperável de ativos não geradores de caixa, deve-se considerar o valor de serviço potencial, mensurado por meio de custo de reposição depreciado ou valor de uso.
- II Para ativos geradores de caixa, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil exceder o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso.
- III A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é vedada, em qualquer hipótese, para ativos não geradores de caixa, visto que a mensuração se baseia em serviço potencial.
- IV A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é permitida para ativos geradores de caixa, desde que haja mudança nas estimativas utilizadas para a mensuração do valor recuperável.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
 B I e III.
 C III e IV.
 D I, II e IV.
 E II, III e IV.

Questão 94

A tabela a seguir apresenta as quantidades dos bens finais (x , y e z) produzidos em determinado país entre os anos de 2022 e 2024. Os preços dos bens em cada ano são expressos em unidades monetárias (\$) e as quantidades são expressas em unidades produzidas.

ano	bem final	quantidade (unidades)	preço (\$)
2022	x	10	3
	y	20	5
	z	15	2
2023	x	15	3
	y	15	6
	z	10	3
2024	x	10	4
	y	10	6
	z	20	4

Admitindo que estes sejam os únicos bens finais produzidos no referido país, assinale a opção que apresenta, a preços de 2022, o deflator implícito do PIB do país em 2024, considerando, sem arredondamentos, apenas a primeira casa decimal.

- A 1,5
 B 1,1
 C 1,0
 D 0,8
 E 0,6

Questão 95

Uma subsidiária de multinacional estrangeira no Brasil obteve lucro de US\$ 100 milhões em 2025. Em vez de remeter os lucros ao exterior, decidiu reinvesti-los aqui no país.

Nessa situação hipotética, em conformidade com as normas sobre balanço de pagamentos no Brasil, o referido evento

- A não deve ser registrado, pois não houve saída efetiva de recursos do país.
 B deve ser registrado como crédito em renda secundária e débito em conta financeira — investimento direto no Brasil.
 C deve ser registrado como débito em conta de capital e crédito em renda primária.
 D deve ser registrado como crédito em renda primária (lucros reinvestidos) e débito em conta financeira — investimento direto no Brasil.
 E deve ser registrado como débito em renda primária (lucros reinvestidos) e crédito em conta financeira — investimento direto no Brasil.

Questão 96

Em um modelo keynesiano simples, representado por $Y = C + I + G$, em que Y representa a renda, C , o consumo, I , o investimento e G , o gasto do governo, considere $C = a + b(Y - T)$, em que a representa o consumo autônomo, b , a propensão marginal a consumir e T , os impostos, sendo $T = T_0 + tY$, em que t é a alíquota de imposto sobre a renda e T_0 , a parcela autônoma dos impostos. Nessas circunstâncias, caso ocorra um aumento dos gastos do governo igual a ΔG , a variação na parcela autônoma nos impostos (ΔT_0) necessária para anular o efeito desse aumento dos gastos do governo sobre a renda será

- A $b \times \Delta G$.
 B $t \times \Delta G$.
 C $\Delta G/t$.
 D $\Delta G/b$.
 E ΔG .

Questão 97

Assinale a opção correta acerca dos efeitos dos regimes de câmbio fixo e de câmbio flutuante sobre o produto de uma política fiscal expansionista representada pelo aumento dos gastos do governo em um modelo Mundell-Fleming em uma pequena economia aberta e com perfeita mobilidade de capitais.

- A No regime de câmbio fixo, o produto aumenta temporariamente; no de câmbio flutuante, o produto aumenta.
 B O produto aumenta em ambos os regimes.
 C No regime de câmbio fixo, o produto aumenta; no de câmbio flutuante, o produto não se altera.
 D No regime de câmbio fixo, o produto não se altera; no de câmbio flutuante, o produto aumenta.
 E O produto não se altera em ambos os regimes.

Questão 98

Em certa economia, todas as empresas de determinado mercado atuam em concorrência perfeita com função custo total (CT), dada por $CT = Q^3 - 4Q^2 + 24Q$, em que Q representa a quantidade produzida de um único bem por cada empresa. Nessa economia, a demanda de mercado pelo bem em questão é dada por $Q_d = 120 - p$, em que Q_d representa a quantidade total demandada para o bem em cada nível de preço p .

Nessa situação, no longo prazo, com livre entrada e saída de empresas, o preço de equilíbrio de mercado será igual a

- A 118.
 B 24.
 C 21.
 D 20.
 E 19.

Questão 99

Considerando os principais sistemas de amortização, julgue os itens a seguir.

- I No sistema de amortização constante (SAC), o valor da prestação começa mais alto e termina mais baixo que no sistema francês de amortização (tabela Price), assumindo-se o mesmo prazo, a mesma taxa de juros e o mesmo valor financiado.
- II No sistema francês de amortização (tabela Price), a parcela de juros das prestações é crescente ao longo do prazo de amortização.
- III No sistema de amortização constante (SAC), a razão entre a parcela de amortização das prestações e o saldo devedor da operação é crescente ao longo do tempo.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 100

Um investidor deseja acumular R\$ 100.000,00 ao fim de 5 anos, realizando depósitos no valor de R\$ 15.000,00 no fim de cada ano.

No contexto da situação hipotética apresentada, assinale a opção que apresenta a fórmula correta para determinação da taxa de juros anual implícita i necessária para a acumulação do capital pretendido pelo investidor ao fim do período.

- A $100.000 = 15.000 \times \frac{(1+i)^5}{i}$
- B $100.000 = 15.000 \times \frac{i}{(1+i)^5}$
- C $100.000 = 15.000 \times \frac{i}{(1+i)^5 - 1}$
- D $100.000 = 15.000 \times \frac{1 - (1+i)^{-5}}{i}$
- E $100.000 = 15.000 \times \frac{(1+i)^5 - 1}{i}$

Espaço livre